

LESSA, PEDRO

*magistrado; min. STF 1907-1921.

Pedro Augusto Carneiro Lessa nasceu na cidade do Serro, província de Minas Gerais, no dia 25 de setembro de 1859, filho do coronel José Pedro Lessa e de Francisca Amélia Carneiro Lessa.

Após concluir o curso de humanidades na província natal, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. No segundo ano do curso dirigiu com Alberto Sales e Alcides Lima a folha republicana *O Federalista*. Colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 30 de outubro de 1883 e apresentou tese de doutorado em 13 de maio de 1884. Ainda em 1883 foi nomeado secretário da Relação de São Paulo. Em 1887 fez concurso para lente substituto da Faculdade de Direito, obteve o primeiro lugar, mas não foi nomeado pela princesa Isabel e a ela enviou protesto contra a preterição. Em outro concurso em 1888 obteve o cargo de lente substituto, e em 1891 foi promovido a professor catedrático. Nesse mesmo ano foi chefe de polícia da cidade de São Paulo.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte paulista em 1891, participou ativamente da elaboração da Constituição do estado, mas não se interessou em ingressar na política. A sua atividade profissional foi dedicada exclusivamente ao magistério superior – lecionando a cadeira de filosofia do direito – e à advocacia, uma das bancas mais prestigiosas do estado de São Paulo. Além de filosofia e direito, tinha interesse por literatura, história e ciências sociais. Em 1900 publicou “É a história uma ciência?”, inicialmente prefácio da tradução da *História da civilização* de Buckle, e em 1905 “O determinismo psíquico e a imputabilidade e responsabilidade criminais”, memória apresentada ao Congresso Científico Latino-Americano.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga de Lúcio de Mendonça, por decreto de 29 de outubro de 1907 do presidente Afonso Pena, tomou posse a 3 de dezembro, sendo-lhe prestada homenagem de despedida por iniciativa do Centro XI de Agosto. Foi um defensor da missão do STF como verdadeiro poder, e os seus votos, vencedores ou vencidos, constituíram sempre pronunciamentos importantes. Desempenhou

papel relevante no alargamento da aplicação do *habeas-corpus*, constituindo a “doutrina brasileira do *habeas-corpus*”. Para Castro Rebelo, foi ele no Brasil “o juiz que melhor serviu à liberdade, servindo à justiça”.

Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910, na vaga de Lúcio de Mendonça. Em 1912 tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Participou intensamente do movimento nacionalista e presidiu a Liga da Defesa Nacional.

Foi casado com Paula de Aguiar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 25 de julho de 1921.

Entre outros trabalhos, publicou, em 1909, *Dissertações e polêmicas*, reunindo estudos jurídicos anteriores ao ingresso no STF, e *Discursos*; em 1912, *Estudos de filosofia do direito*; em 1915, *Do Poder Judiciário*; e em 1916, *Discursos e conferências*, com conferências sobre João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Em 1925 foi publicado o volume póstumo *Reforma constitucional*, reunindo trabalhos sobre o assunto.

Alberto Venâncio Filho

FONTES: LAGO, L. *Supremo*; REALE, M. *Pedro Lessa*; REBELLO, E. *Pedro Lessa*; RODRIGUES, L. *História*; SUPR. TRIB. FED. *Memória Jurisprudencial* (2007); VAMPRÉ, S. *Memórias*.